



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
Centro Integrado de Justiça - CIJUS
7ª Vara do Juizado Especial

EDITAL DE LEILÃO

Importante: Os horários previstos neste Edital tomam por base o horário oficial de Brasília (DF).

EDITAL de 1ª e 2ª LEILÃO de BEM IMÓVEL expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença nº 0812953-21.2017.8.12.0110 para intimação da executada **MYLLY CONFECÇÕES LTDA - EPP (CNPJ nº 00.116.331/0001-91)**, por seu representante legal, da depositária do bem imóvel **MYLLY CONFECÇÕES LTDA - EPP (CNPJ nº 00.116.331/0001-91)**, do **MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS** e demais interessados.

A Juíza de Direito da 7ª Vara do Juizado Especial Central da Comarca de Campo Grande – MS, Patrícia Kelling Karloh, na forma da lei, **FAZ SABER** que, com fulcro no artigo 880 e seguintes do CPC e conforme regulamentado pelo Provimento CSM/TJMS nº 375/2016, por meio do portal www.vialeiloes.com.br, leva a público o pregão de venda e arrematação do bem imóvel abaixo descrito, conforme condições de venda constantes do presente edital. No 1ª Leilão, com início no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edital no lugar de costume, às 15 horas (14 horas no horário local), e término no dia 28 de junho de 2019, às 15 horas (14 horas no horário local), entregar-se-á o bem a quem der o maior lance, em valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação do bem imóvel no 1ª Leilão, o 2ª Leilão seguir-se-á sem interrupção e término no dia 10 de julho de 2019, às 15 horas (14 horas no horário local), ocasião em que o bem será entregue a quem der o maior lance, não se aceitando seja ele inferior a 60% do valor de avaliação (artigo 25 Parágrafo Único do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).

DESCRIÇÃO DO BEM:

01 (Um) Lote de terreno sob nº 12 da quadra 02 do loteamento denominado “Polo Empresarial”, cidade de Campo Grande-MS, medindo e limitando-se. Frente 49,40 metros com a Rua Elza da Silva Gatass – Fundos 49,40

metros com parte do lote 14A. Lado direito 92,85 metros com o lote 11. Lado esquerdo 92,85 metros com os lotes 13-A e 13-B, com área total de 4.586,7900 metros quadrados, conforme Matrícula Imobiliária nº 197.032, do CRI da 1ª Circunscrição da Comarca de Campo Grande - MS, f. 125/129 dos autos.

AVALIAÇÃO: A avaliação do bem imóvel, a ser leilado é de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), conforme avaliação em 22/06/2018, de f. 108 dos autos.

ÔNUS SOBRE O BEM IMÓVEL A SER LEILOADO: Existem ônus sobre o bem imóvel a ser leilado, a saber:

AV.05/197.032, em 18 de janeiro de 2013, Averbação da Escritura Pública de Doação Pura e Simples, processo administrativo nº 65776/2009-78: Condições, inciso IV) Por se tratar de doação de imóvel público, condicionado, qualquer alteração envolvendo sua titularidade deverá ser precedida de anuência do Município. Doador: Município de Campo Grande-MS;

R.06/197.032, em 14 de junho de 2017, Registro de Penhora, por determinação judicial, processo nº 0901283-35.2014.8.12.0001 e nº 0024354-38.2007.8.12.0001, ações de Execuções Fiscais, oriunda da Vara Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual de Campo Grande - MS, a penhora do imóvel objeto desta matrícula. Credor: Estado de Mato Grosso do Sul;

R.07/197.032, em 28 de julho de 2017, Registro de Penhora, por determinação judicial, processo nº 0008012-73.2012.8.12.0001, Ação de Execução Fiscal Municipal oriunda da Vara de Execução Fiscal de Fazenda Pública Estadual da cidade de Campo Grande - MS, a penhora do imóvel objeto desta matrícula. Credor: Estado de Mato Grosso do Sul;

R.08/197.032, em 03 de agosto de 2018, Registro de Penhora, por determinação judicial, processo nº 0900955-03.2017.8.12.0001, Ação de Execução de Título Extrajudicial oriunda da Vara de Execução Fiscal de Fazenda Pública Estadual da cidade de Campo Grande - MS, a penhora do imóvel objeto desta matrícula. Credor: Estado de Mato Grosso do Sul;

R.09/197.032, em 07 de novembro de 2018, Registro de Penhora, por determinação judicial, processo nº 0024144-44.2014.5.24.0005, Recurso Ordinário oriundo da 5ª Vara do Trabalho de Campo Grande - MS, a penhora do imóvel objeto desta matrícula. Credor: Lucas Araujo de Almeida Correa;

R.10/197.032, em 22 de novembro de 2018, Registro de Penhora, por determinação judicial, processo nº 0812953-21.2017.8.12.0110, Ação de

Cumprimento de Sentença oriunda da 7ª Vara do Juizado Especial Central da Comarca de Campo Grande - MS, a penhora do imóvel objeto desta matrícula. Credor: Edegar Almeida Rezende & Cia Ltda - EPP, conforme matrícula imobiliária atualizada sob nº 197.032 do CRI 1ª Circunscrição de Campo Grande - MS de f. 125/129 dos autos.

DÉBITOS DE IMPOSTOS: Sobre o bem imóvel a ser leiloado constam débitos de impostos (IPTU) o valor de R\$ 54.334,83 (cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais, oitenta e três centavos) e R\$ 1.647,09 (um mil e seiscentos e quarenta e sete reais e nove centavos) referente a taxa de coleta de lixo e R\$ 18.647,33 (dezoito mil, seiscentos e quarenta e sete reais, trinta e três centavos) referente a ISS, porém, estes ficam sub-rogados no preço, nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, não respondendo por eles o arrematante.

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DA EXECUTADA: Há registros de Distribuição de Feitos Cíveis em nome da executada, a saber:

Vara Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0814551-51.2014.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 06/05/2014. Exequente: Estado de Mato Grosso do Sul;

16ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande (MS). Processo: 0840599-76.2016.8.12.0001. Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes. Data: 07/11/2016. Exequente: Gilvana Moura da Silva Ferreira;

Vara Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0900140-40.2016.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 09/04/2016. Exequente: Estado de Mato Grosso do Sul;

Vara Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0900558-75.2016.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 25/06/2016. Exequente: Estado de Mato Grosso do Sul;

Vara Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0901283-35.2014.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 17/12/2014. Exequente: Estado de Mato Grosso do Sul;

Vara Execução Fiscal da Fazenda Pública Estadual. Processo: 0914414-04.2019.8.12.0001. Ação: Execução Fiscal. Assunto: Dívida Ativa. Data: 28/02/2019. Exequente: Estado de Mato Grosso do Sul;

7ª Vara do Juizado Especial Comarca de Campo Grande (MS). Processo: 0812953-21.2017.8.12.0110. (Suspensão). Ação: Cumprimento de Sentença. Assunto: Causas Supervenientes à Sentença. Data: 13/09/2017. Exequente: Edegar Almeida Rezende e CIA Ltda – EPP, conforme certidão de f. 141 dos autos.

ESTADO DO BEM IMÓVEL: O bem imóvel se acha depositado com a Mylly Confecções Ltda - Epp (CNPJ n° 00.116.331/0001-91) por seu presentante legal, Rua Elza da Silva Gatass, n° 125, Polo Empresarial, CEP: 79018-805, cidade de Campo Grande - MS e sua entrega dar-se-á por intermédio de Oficial de Justiça.

CONDIÇÕES DE VENDA:

1) O(s) bem(ns) será(ão) vendidos no estado de conservação em que se acha(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes do pregão (artigo 18 do Provimento CSM/TJMS n° 375/2016);

2) O primeiro pregão da alienação judicial eletrônica começa e termina nas datas e horários supraindicados;

3) Não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação no primeiro pregão seguir-se-á, sem interrupção, o segundo pregão, que se estenderá até o seu fechamento no dia e hora previsto neste Edital (artigo 25 do Provimento CSM/TJMS n° 375/2016);

4) Em segundo pregão, não serão admitidos lances inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação (artigo 25, Parágrafo único do Provimento CSM/TJMS n° 375/2016);

5) Para que haja o encerramento do leilão este deverá permanecer por 3 (três) minutos sem receber outra oferta. Sobrevindo lance durante os 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos, contados da última oferta, e assim sucessivamente, até a permanência por 3 (três) minutos sem receber outra oferta, quando se encerrará o pregão (artigo 24 do Provimento CSM/TJMS n° 375/2016);

6) Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no portal www.vialeiloes.com.br e serão imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido o envio de lances por qualquer outro meio, que não seja por intermédio do sistema do gestor (artigo 27, Parágrafo Único do Provimento CSM/TJMS n° 375/2016);

7) Somente serão aceitos lances superiores ao lance corrente, tendo por acréscimo mínimo obrigatório o valor informado no site;

8) A comissão devida ao leiloeiro pelo arrematante será no percentual de 5% sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance, e ser-lhe-á paga diretamente, por depósito bancário. Além da comissão, fará jus o leiloeiro público ao ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na

forma da lei, a cargo do executado. (artigo 10 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

8.1) se o valor de arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial e do corretor, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação (Art. 10, § 4º do Prov. n. 375/2016 - CSM/TJMS);

9) Homologado o lance vencedor, o sistema Via Leilões emitirá guia de depósito judicial identificado, vinculado ao Juízo do processo (artigo 28 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016);

10) O pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico (art. 892), salvo disposição judicial diversa ou arrematação a prazo (art. 895, § 9º) (artigo 29 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

11) A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável tão logo assinado o Auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do Código de Processo Civil (artigo 30 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS).

12) Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º, art. 896, § 2º, art. 897 e art. 898 do CPC, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (artigo 31 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

13) O exequente, se vier a arrematar o bem, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder o seu crédito, depositará dentro de 3 (três) dias a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o bem será levado a novo leilão à custa do exequente (artigo 892, parágrafo 1º, do NCPC). Na hipótese de arrematação do bem pelo exequente, fica este obrigado ao pagamento da comissão do leiloeiro;

14) O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão do leiloeiro (§ 2º, artigo 23 da LEF e artigo 32 do Provimento nº 375/2016 - CSM/TJMS);

15) Eventuais créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a

taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional);

16) O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) em caráter “*ad corpus*” (artigo 500, § 3º, do Código Civil) não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área por eventual divergência entre o que constar na descrição do(s) imóvel(is) e a realidade existente;

17) O arrematante deverá se cientificar previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal ao(s) imóvel(is), no tocante ao uso do solo ou zoneamento e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar a decorrência da arrematação do(s) imóvel(is);

18) Desfeita a arrematação pela Juíza, por motivos alheios à vontade do arrematante, serão restituídos a este os valores pagos relativos ao preço do(s) imóvel(is) arrematado(s) e à comissão da leiloeiro, deduzidas as despesas incorridas;

19) Assinado o Auto, a arrematação é considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham ser julgados procedentes os Embargos à Arrematação. A arrematação poderá, no entanto, ser tornada sem efeito nos casos previstos no artigo 903 e seus incisos, do Novo Código de Processo Civil;

20) Havendo oposição de Embargos à Arrematação, o Juiz de execução poderá, a seu exclusivo critério, transferir ao arrematante a posse precária do(s) imóvel(is) até a decisão final do recurso;

21) Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativo à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s) para o seu nome. Para transferir o(s) imóvel(is) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar junto ao Cartório da Vara responsável a respectiva “ordem de entrega”;

22) As demais condições obedecerão ao que dispõe o Novo Código de Processo Civil, o Provimento CSM/TJMS nº 375/2016 e os artigos 335 e 358 do Código Penal.

LEILÃO ELETRÔNICO: O leilão será realizado pelo leiloeiro público oficial, o Senhor Ilto Antônio Martins, Matrícula nº 12 da JUCEMS, de forma integralmente eletrônica pela gestora Absolutta em Gestão de Ativos Eireli - EPP, por intermédio do portal www.vialeiloes.com.br.

PAGAMENTO e RECIBO DE ARREMATAÇÃO: O(s) valor(es) do(s) bem(ns) arrematado(s), deverá(ao) ser depositado(s) através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal enviada pela VIA LEILOES (obtida diretamente no site www.vialeiloes.com.br no prazo de 24 horas da realização do leilão, bem como deverá ser depositada a comissão do leiloeiro através do pagamento de boleto na rede bancária, ou por transferência eletrônica, por meio de DOC ou TED, no mesmo prazo acima referido, na conta-corrente da Gestora de Leilão Eletrônico: Absolutta em Gestão de Ativos Eireli –EPP, CNPJ 17.533.268/0001-91, Banco 104 – Caixa Econômica Federal, Agência 1464, Conta-Corrente nº 2936-0.

PAGAMENTO PARCELADO:

O(s) interessado(s) em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá(ão) apresentar por escrito até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem, por valor não inferior ao da avaliação, ou até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil.

Em qualquer hipótese, será necessário o pagamento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista, podendo o restante ser parcelado em até 30 (trinta) meses, desde que garantido por meio de caução idônea, quando se tratar de bens móveis, ou por meio de hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, conforme dispõe o artigo 896, incisos I e II e seus parágrafos do CPC.

A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado, conforme dispõe o artigo 895, §7º do CPC.

OBSERVAÇÕES:

- 1)** Em até 5 horas após o encerramento do leilão, o arrematante receberá e-mail com instruções para os pagamentos (É importante esperar o recebimento deste e-mail antes de efetuar qualquer pagamento).
- 2)** O arrematante deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento ao cartório judicial, por meio de petição.
- 3)** Decorrido o prazo de 24 horas do término do leilão sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos, tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

ADJUDICAÇÃO: A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, se o exequente adjudicar o bem penhorado, ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, devida ao leiloeiro.

REMIÇÃO DA EXECUÇÃO: Se o executado, após a abertura da coleta de lances para o primeiro pregão pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826 do Novo Código de Processo Civil, deverá apresentar a guia comprobatória do referido pagamento até a data e hora designadas para o leilão, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá o executado pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do pagamento, devida ao leiloeiro.

ACORDO: A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro pregão, caso seja celebrado acordo entre as partes com suspensão do leilão, fica o executado obrigado a pagar a comissão em percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do acordo, devida ao leiloeiro.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: pessoalmente perante a 7ª Vara do Juizado Especial Central de Campo Grande/MS, situada na Rua Sete de Setembro, nº 174, Centro, CEP: 79003-100, Campo Grande/MS, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Rua Alagoas, 396, 10º andar, Sala 1006, Condomínio Atrium Corporate – Jardim dos Estados, CEP: 79020-120, cidade de Campo Grande/MS, ou ainda, pelos telefones (067) 3321-7262, (067) 3026-7263 ou (067) 3026-9999, e-mail: sac@vialeiloes.com.br, ilto@vialeiloes.com.br e no site www.vialeiloes.com.br.

Todas as condições e regras deste leilão encontram-se disponíveis no portal www.vialeiloes.com.br.

Ficam: a executada, a depositária do bem imóvel, o Município de Campo Grande-MS e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal.

Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

Campo Grande (MS), 20 de Maio de 2019

PATRÍCIA KELLING KARLOH
Juíza de Direito